

Robério Braga

Manáos

1849 - 1859

FUNDAÇÃO LOURENÇO BRAGA



Memória da Cidade 1



MANÁOS
1849 - 1859



Am M
2132



ROBÉRIO BRAGA

MANÁOS
1849 - 1859

Coleção HISTÓRIA DO AMAZONAS
Memória da Cidade 1

Fundação Lourenço Braga

Manaus - 1997

Copyright ©1997 Fundação Lourenço Braga

Revisão: Robério Braga

Capa: Óscar Ramos.

Editoração: Editora Manaus

A F Suano da Silva

Rua dos Cravos, casa 07 – Conjunto Tiradentes - Aleixo

Fone: (092) 644-2410

Edição de agosto de 1997, 328º ano da Fundação de Manaus

Ficha catalográfica

Elaborada pela Editora Manaus

Braga, Robério dos Santos Pereira, 1951-

Manãos 1849-1859/Robério dos Santos Pereira Braga.

Manaus: Fundação Lourenço Braga, 1997.

14 p. 21 cm (Coleção História do Amazonas.
Memória da cidade, 1)

1. Manaus (cidade) - História I. Título.

CDD 981.2

CDU 981(811.31)

Impresso no Brasil
Printed in Brasil

1849.

A quietude do lugar recebeu o interessado Alfredo Russel Wallace na viagem de estudos que fazia, recomendado para Enrico Antônio (Henrique Antony), **“...um cavaleiro italiano aqui estabelecido há muitos anos e que era atualmente o principal comerciante da cidade...”** (1) e estava então em nova residência que, embora em obras, abrigou Wallace, como abrigara Bates.

Henrique Antony nascera em Ajácio, na Córsega e, perseguido pela política reinante, exilou-se no Amazonas, quando

“O Lugar da Barra não era mais do que um agrupamento de portugueses, inclusive autoridades, vivendo em torno da Fortaleza de São José do Rio Negro, e de três tribos que missionários catequistas haviam para ali conduzido”. (2)

como explica Agnello Bittencourt em beneditina obra.

Sua casa, na descrição do mestre biógrafo,

era

“um prédio amplo, de dois pavimentos, coberto de palha, tendo paredes de táboas. O pavimento térreo destinou ao comércio [...]. A parte superior foi reservada à família...” (3)

Ali esteve Agassiz por recomendação de D. Pedro II, dias depois (1865).

A cidade era modestíssima, algo como um lugarejo, ao que se vê da apreciação do novo viajante,

“...A cidade [...] assenta-se em terreno irregular, a uma altitude média de uns 30 pés acima do nível do rio...”

e atravessada por dois córregos tão insignificantes que até pareciam sem valor, mais que no inverno transbordavam.

Continua o observador,

“...as ruas são dispostas de maneira regular, mas não tem qualquer tipo de calçamento. Ademais, são esburacadas e cheias de altos e baixos, tornando bem desagradável o ato de caminhar-se por elas à noite...” (4)

Compondo a paisagem, casas de um só pavimento, feitas com a lentidão permitida pelo tempo e com os recursos disponíveis, normalmente com telhas vermelhas, assoalho de tijolo, paredes em branco e amarelo e portas e janelas verdes, quase sempre, mas ainda, acolhedora pelo que diz o narrador de que nos valem: **“...é bem agradável o aspecto do casario brilhando ao sol...”** (5)

Nada mais restava da Fortaleza edificada em 1669, só muralhas e ruínas. O culto religioso, necessariamente católico, era ainda professado com regularidade em duas modestas igrejas, **“...ambas muito pobres e bem inferiores à de Santarém...”** (6)

Era de fato tudo muito simples, a abrigar 5 a 6.000 pessoas, na sua grande maioria índios e

mestiços, que trabalhavam com castanha-do-pará, salsaparrilha e peixe, e recebiam de fora, algodão, facas, contas, espelhos, e bugingangas para índios. Era raro e de elevado custo obter-se trigo, queijo e vinho. Uma maioria expressiva era composta de comerciantes e muito poucas as opções de divertimento, reduzidas basicamente a beber e jogar, e sem ocupação intelectual.

Em meio a este cenário é estranho saber-mos que alguns se interessavam pela moda, exposta com qualidade e requinte na missa dominical em que apareciam mulheres em musseline e gazes francesas, cabelos prontos, arrumados e adornados com flores, sem toucas ou chapéus e homens postos em ternos pretos, chapéus de feltro, gravata de cetim, botina de verniz de cano bem curto. Esta, entretanto, não era a realidade de toda a população do lugar.

Encerrada a missa, davam-se as visitas para longas conversas, permitindo ao viajante a picante observação:

“Deve ser a comunidade civilizada que tem os costumes mais decadentes possíveis...” (7)

porque eram estorietas e futricas, que se ampliavam todos os domingos, quase sempre em conversas de baixíssimo nível.

Tudo isso podia também ser visto e sabido

por outros estrangeiros, à época de passagem pela Barra do Rio Negro, como Bates, mercadores irlandeses e alemães.

1859.

Já havia contrastes. Mesmo antes, as notícias conhecidas sobre a cidade da Barra do Rio Negro são sempre temperadas com profundos contornos de diversidades que se confundem, fenômenos que assumem outras proporções e enigmas que jamais se desfazem. Tudo, entretanto, é abundante, desde os relatos dos viajantes apaixonados pela natureza, sempre minudentes.

Banhada pelo rio Negro em cuja vastidão ainda hoje se pode ver equivalência com o rio-mar, Manaus ergue-se em solo dos barés e tapuias a contemplar as águas e as matas que lhes transmitem serenidade e uma quase melancolia que se confunde com a majestade do seu porte e elegância. O rio corre macio, em beijo antigo, sereno e ritmado, a cobrir suas beiradas e buscar o destino infindo de tornar úbere as terras da velha Capitania.

A Cidade da Barra não tinha ainda os seus contornos definitivos, adquiridos muitos anos depois. Eram ruas e vielas, lanços simples entrecortados de esquinas e igarapés límpidos em que casas modestas, plantadas nos outeiros ou à beira d'água, cediam espaço aos poucos para os edifícios de estilo ainda raros e inacabados. Tudo

basicamente na orla do rio, varando igarapés em simples pontes de madeira tosca, cuja paisagem era sempre redesenhada pelas palmeiras de miriti e tucumã que, entre os homens e o novo tempo que começava a surgir, abriam espaço à companhia solitária das samaumeiras, dando sombras às mulheres de longos cabelos com que escondiam um pouco do corpo sempre bento pelas águas puras dos igarapés, todos os dias.

Tomado das terras santas da Virgem Senhora da Conceição, como depois se chamou o solo bendito de São José da Barra, o grande rio concedia às igarités típicas a suprema graça de aportarem nos vapores que começavam a singrar nossas águas e, frágeis, ante a novidade de navegação, dançavam inquietas sobre as ondas causadas pelos grupos de moleques que se banhavam no seu porto, entre gritos alegres e soltos, e acrobacias apropriadas.

De um lado a Paróquia de São Vicente com o Hospital e o Quartel, de outro a Paróquia da Matriz e a de Nossa Senhora dos Remédios onde a única igreja servia aos atos religiosos, quando, principalmente aos domingos, acorriam brancos e índios, mestiços e mamelucos, homens, mulheres e crianças, valendo-se de indumentária escolhida e bem tratada. Os homens em casaco preto. As mulheres em tecidos leves e transparentes, sem coletes, sem chapéus, mas com sombrinhas de seda à mão, em toque de elegância que era acompanhado pelas flores postas no cabelo. Todos

desciam em bando, rumo ao igarapé. As mulheres índias com tiras e pentes de penas perfumadas, ornavam a morenice cabocla e exuberante como a natureza local.

A nova igreja Matriz estava em obras, praticamente custeadas pelos cofres gerais, e a capela dos Remédios recebera paramentos novos e objetos de prata, comprados pelo governo a preços superiores a 105\$804 réis. Os paramentos anteriores eram considerados indecentes.

No ano de 1859 eram estes os limites da cidade: a leste - o igarapé de Manaus; a oeste - o igarapé da Cachoeira Grande; ao norte - a linha traçada da foz do igarapé da Castelhana até encontrar o igarapé de Manaus, no sítio que foi de Felizarda Maria, águas vertentes para dentro da cidade; ao sul - pelo litoral - o rio Negro, segundo registros da Ata da Câmara Municipal de Manaus de 31 de janeiro daquele ano, conforme o Código de Posturas no seu artigo 134, e citação de Mário Ypiranga Monteiro no seu **Fundação de Manaus**.

Pelo curso do ano de 1858 a população da Província deveria ser de 55.000 almas, das quais somente no distrito da Barra 14.500. O quadro administrativo do governo já era exagerado, como assinala Bates,

“um numeroso quadro de altos funcionários, os quais, apesar de

infindável série de desnecessárias formalidades com que os brasileiros cercam os seus atos administrativos mais simples e triviais, quase nada têm a fazer durante a maior parte do tempo”. (8)

A gerir seus destinos, Francisco José Furtado (9), em cumprimento a ordens imperiais, respondia pelos pouco mais de 43 mil habitantes, dos quais 798 eram escravos negros, quase todos domésticos, com uma Força Policial de 68 membros, sem contar a Guarda Nacional que era composta por indígenas do lugar, postos em trajes próprios. Era o europeísmo que começava a dar sinais de sua existência na selva, ainda sincronizado com a beleza natural, a ser construído com uma receita governamental de mais ou menos 75:000\$000 réis para obrigações em torno de 99:000\$000 réis.

A navegação estava às ordens da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas - mais do que uma aventura patriótica - ao tempo em que o maior negócio da região era o engenho de cana, movido a vapor, no Paraná mirim da Eva, avaliado em 10 contos de réis, sob a ação empresarial do inglês Robert M. Callock.

A Justiça, posta nas mãos do Juiz Municipal e do Delegado de Polícia, cuidava também de dissolver simulações de Cristos que, no Alto Rio Negro, iludiam os índios, sob o comando do ca-

pitão Francisco Gonçalves Pinheiro e do Padre Romualdo Gonçalves de Azevedo.(10)

É deste tempo (29 de julho de 1859) o solene juramento da Constituição do Império feito pela Princesa Isabel em reunião das Câmaras Legislativas no Paço do Senado, logo seguido de longa viagem do Imperador no vapor **Apa**, por diversas províncias do nordeste, até 1860.

Estes fatos não tinham sentido nas brenhas amazônicas, mas por aqui já havia história para contar. Autônoma há pouco, (1850 - 1852) com a instalação definitiva do seu próprio governo provincial, hospedara muitos dos seus intérpretes, alguns, exagerados contadores, outros, cientistas de larga visão. Na casa do cônego Azevedo, velho seminário nas proximidades do porto, cerca de 37 anos antes deve ter-se hospedado Von Martius, requintado detalhista de nossas belezas e riquezas. Naquele tempo a natureza estava em tudo: invadia as áreas mais pobres ou mais ricas e todos os 8.500 habitantes da cidade dela se aproveitavam levando a vida em deleite e de forma quase preguiçosa.

Sem nenhuma distribuição ordenada as malocas, ainda existentes, serviam a que os naturais embalassem o encanto dos sonhos infindos como herdeiros da tradição tapuia.

Era uma cidade pasma, quieta, onde **“tudo parecia esperar alguma coisa que deveria dar**

o verdadeiro impulso”(11), e que vivia período de decadência em relação aos primeiros anos de governo próprio ou dos anos 700 em que a força de suas lideranças e a presença da igreja católica, em novidade, construíram avanços modernos e industrializaram na selva. Era tempo de decadência dos abastados como assinala o cronista da época, de que me valho para esta recomposição, e a concorrência comercial muito grande, com tudo sendo importado, entre roupas e alimentação.

Pode parecer alarmante mas o cronista assinala que o comércio era amplo, varejista, como pequenas tavernas, quase todas de portugueses, como atividade principal.

Os filhos naturais da terra pareciam não se aperceber dos fatos, embriagados sempre pela temperatura dadivosa da natureza. Não tinham ambição, mas orgulho de integrar a Guarda Nacional, trabalho raro que os animava a servir. Catolizados, falavam entre si a língua geral, mas respeitavam os dias santos com os quais misturavam suas crenças originais. Bem alimentadas, as mulheres índias, não raro, podiam ser encontradas escavando a terra para recolher formigas graúdas que comiam passadas no fogo. Sorrisos desconfiados e raros podiam pôr à mostra dentes bonitos mesmo entre os guerreiros e caçadores que mesclavam o exercício diário da caça e pesca com instrumentos convencionais como o arco, a flecha, a sarabatana e a novíssima espingarda que lhes chegara às mãos fazia pouco.

Dos seus próprios folguedos um ressaltava aos olhos de toda a população, levado à cena pelas ruas nas quais a escuridão era rompida por grupos de homens encarregados especialmente de conduzir as tochas, sempre no período junino, quer às vésperas de São João, como nos dias de São Pedro e São Paulo: era o bumbá.

O tuxaua, o feiticeiro ou pajé, uma mulher em trejeitos improvisados e um boi, que **“era um leve arbabouço dum boi, de cujos lados pediam uns panos tendo na frente dois chifres verdadeiros”** carregado por um homem sobre a cabeça. Tudo se voltava para amansar o boi, ao ritmo de maracá e toada monótona, até que o boi cedesse aos encantos, caindo sobre o solo de barro das ruas estreitas por onde o folguedo passava. O padre não mais podia ser chamado para socorrer o animal e só o pajé tentava em vão reanimá-lo, com grande esforço. Considerando que precisava de todos para reanimar o boi, levava o grupo a dançar em harmonia por alguns minutos. Mesmo assim ele permanece encantado e vai ser enterrado. Todos dançam e o boi segue com seus próprios pés, ao final, levantando-se para seguir caminho que é, ao mesmo tempo, o do seu enterramento e o de novo local de apresentação. Era **“algo de lídima poesia selvagem”** (12).

O cheiro de água que exalava era mais forte que a flor de jenipapeiro que, normalmente, as mulheres usavam como adorno na orelha. Era comum sentar em cadeiras ou bancos baixos, de

um só pedaço de pau como as canoas, quem sabe para atender ao contorno das matas.

Comiam em louças de barro, pintadas de amarelo e vermelho (acre da terra e urucu) com cabaças em forma de colher, xícara, baldes, garrafas, copos que, tingidos, eram também comercializados; e sabiam fazer como ninguém, dos materiais recolhidos em derredor dos sítios, sem muito esforço, as casas em que moravam, especialmente valendo-se da palha buçu que com 10 folhas servia para cobrir uma grande sala em que pendiam as redes tecidas em tucum e canoá, feitas com as mão hábeis, retorcidas e torcidas até constituírem um cordão (rede-cama), ora em encarnado, ora em amarelo-claro e sabiam deitar-se, porque era melhor fazê-lo obliquamente, quem sabe para realçar os ornatos de penas que muitas vezes eram postos para enriquecê-las.

Não sabiam ainda vestir-se, como outros ditos civilizados. As mulheres usavam costumeiramente, por este tempo, uma camisa e saia lisa, transparente e bem cuidada, em forma quase ingênua de mostrar-se e dar espaço a diversos contornos do corpo.

De escola mesmo, contavam com o Instituto dos Educandos, que com disciplina militar atendia a 19 meninos que pretendiam ser operários, mas conheciam música e compunham banda regida por Francisco da Silva Galvão, servida por sete sopros que não venciam os ventos que açoitavam

as madrugadas em silêncio de floresta virgem. A diretoria do colégio passava das mãos de Aristides Justo Mavgniêr para o capitão Álvaro Botelho da Cunha. Para as meninas desvalidas instalava-se o colégio N. S. dos Remédios.

Era uma região criada mesmo para doces saudades, contemplações filosóficas, sagrada paz, profundo fervor, como afirmou Martius (13), em que o Ouvidor Geral era Vigário Geral, Juiz Ordinário, médico, professor e boticário, a contemplar, como todos, os últimos sinais das casas de fiação e de potes de barro que Lobo d'Almada incrustara nas brenhas de Manaus, com o sonho de construir a sua indústria.

Como foi perdida esta manhã, que nem os

estudiosos da história do passado mais remoto procuram contar? Por que Manaus tem tido a ventura de expor seus tempos mais antigos na crônica dos que vão descobrindo seus contornos e trejeitos, como postos diante de uma bela índia morena timbrada pelo sol dos trópicos e banhada pelo mar-dulce, quase abençoando os filhos paridos do seu progresso e que, nos dias que correm, não conhecem nem mesmo os traços mais tênues do seu corpo original?

Que se há de dizer amanhã, da vida que temos, sentada nos igarapés do lodo, na invenção das conquistas mais modernas de tecnologia, mais frágeis e dispersos do que antes? Serão crônicas de solidão do homem ante o incerto futuro que vislumbramos.

NOTAS

- (1) Alfred Russel Wallace. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Ed. Itatiara. 1979
- (2) Agnello Bittencourt. *Dicionário Amazônico de Biografias*. Ed. Conquista, p. 109, 1973.
- (3) Agnello Bittencourt, ob. cit.
- (4) Wallace, ob. cit.
- (5) Wallace, idem, p. 110.
- (6) idem, idem.
- (7) idem, idem.
- (8) Bates. *Um naturalista no rio Amazonas*, p.134.
- (9) Francisco José Furtado, piauiense que presidiu a Província do Amazonas de 10.11.1857/ 30.05.1859. Formado em Direito em São Paulo (1839). Foi Senador pelo Maranhão e Ministro da Justiça no Gabinete de 24 de maio de 1862 e Presidente do Gabinete de 31 de agosto de 1864.
- (10) Padre e professor de latim do Seminário São José, foi Vigário Geral da Província. Nasceu no Maranhão em 16 de janeiro de 1823. Ordenou-se em 29 de setembro de 1848 e foi Vigário Geral de Belém a partir de 27 de janeiro de 1862. Faleceu no Maranhão a 7 de janeiro de 1878.
- (11) Robert Ave'-Lalleman't. *No Rio Amazonas* (1859) Coleção Conquista, vol. 20, Ed. Itatiaia.
- (12) idem, idem.
- (13) Von Martius, *Viagens Pelo Brasil*, Vol. III, Fls 151, Ed. Melhoramentos.

NOTA BIOGRÁFICA

Robério dos Santos Pereira Braga nasceu em Manaus a 14 de agosto de 1951, filho da professora Sebastiana dos Santos Pereira Braga e do político, líder sindical e marítimo, e jornalista Lourenço da Silva Braga. É advogado formado pela Universidade do Amazonas em 1974 e pós-graduado em Administração de Política Cultural pela Universidade de Brasília e Organização dos Estados Americanos-OEA, museólogo e professor universitário na área jurídica. Já exerceu diversos cargos públicos como Secretário de Estado do Gabinete do Vice-Governador, Chefe de Gabinete do Prefeito de Manaus, Diretor da Fundação Cultural do Amazonas, Presidente da Empresa Amazonense de Turismo, e Coordenador Regional da Amazônia da Fundação Joaquim Nabuco.

Membro de diversas instituições culturais no Estado, no País e no exterior, foi Presidente do

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Secretário da União Brasileira de Escritores, fundador e primeiro Presidente da Academia Amazonense Maçônica de Letras. É Presidente da Academia Amazonense de Letras e membro do Conselho da Universidade do Amazonas, como representante das entidades culturais. Conferencista, principalmente sobre temas amazônicos, política cultural, turismo e desenvolvimento regional, é autor de inúmeros títulos e prefácios de obras de diversos autores, entre elas a 2ª edição da *"História do Amazonas"* do professor Arthur César Ferreira Reis. É vereador à Câmara Municipal de Manaus, em seu segundo mandato, e Presidente Regional do Partido Republicano Progressista - PRP, tendo sido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça por quatro anos, Relator Geral da Lei Orgânica de Manaus e autor de diversas leis de interesse público, e principalmente de toda a estrutura legal para defesa do patrimônio histórico da cidade.

OBRAS DO AUTOR

MANÁOS

1830 - 1834

Manaus, Amor & Sofrimento

Fala Presidencial

Artigos de Jornal

Notícia Histórica de Humaitá

Manicoré

Itaquatiara

Benjamin Constant

Manacapuru

Algumas Reflexões Amazônicas

A Abolição da Escravatura no Amazonas

João Wilkens de Mattos

Joaquim Leovigildo de Souza Coelho

Instituto de Educação do Amazonas - 100 anos

Palácio Rio Negro

Washington Luís em Manaus

Floriano Peixoto em Manaus

Theodoreto Souto

J. J. Seabra em Manaus

Affonso Penna em Manaus

Manuel Nunes Pereira

Ruínas Notáveis

O Amazonas no Senado do Império

Raymundo Monteiro

Dom Frederico Costa

Ramayana de Chevalier, Paulo Eleuthério, Huascar de Figueiredo

Arthur César Ferreira Reis

MANÁOS

1849 - 1859

Lindalva Cruz

Seis Poesias e Ilustrações de Afrânio de Castro



Impresso na

IMPrensa UNIVERSITÁRIA

Av. Gal. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 - Aleixo
Bloco L - Minicampus - Campus Universitário
Fone (092) 644-1610 - 60.077-000 - Manaus - AM



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA